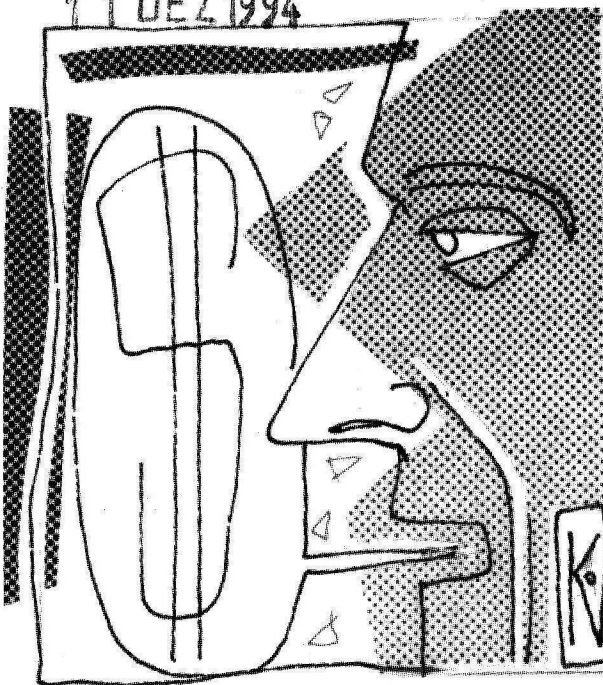


Debate esclarecedor

Josaphat Marinho

CORREIO BRAZILIENSE

11 DEZ 1994



Foi muito oportuno e instrutivo o seminário, realizado em Brasília, sobre "O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas". Reunindo intelectuais latino-americanos, com a presença do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, foram discutidos temas básicos do funcionamento da sociedade e do Estado. Professores, economistas, pensadores políticos conferiram teses e observações, permutaram experiências de seus países, opinaram a respeito de problemas brasileiros. E consideraram variações do pensamento do sociólogo convertido em político e elevado a chefe de Governo. Naturalmente, pelo número dos participantes e diante da limitação do tempo, as questões não podiam ser aprofundadas em toda sua complexidade. Mas a livre e geral apreciação delas propiciou observações fecundas.

Antes de tudo, o seminário confirmou quanto é útil o educado confronto de pensamentos independentes. Liberais puros, ou exagerados, e penetrantes observadores da realidade social e política, alguns com experiência de administração pública, revelaram posições opostas, importantes por indicarem manifestações culturais de diferentes países. A divergência é ilustrativa porque demonstra que à complexidade da vida dos povos não se aplicam conceitos absolutos, ou a rigidez de teorias.

Alguns contrastes, dos que se configuraram, são tanto mais significativos por servirem de subsídios ao exame de problemas em debates no Brasil. Assim a afirmativa de que a "questão social" enfrentada

hoje por "quase todas as sociedades é uma forma de **apartheid** econômico". Decerto, a desigualdade econômica divide, separa, gera conflitos, abertos ou reprimidos, perturbando o convívio dos grupos humanos. A distância entre as pessoas, imposta pelos fatores materiais, gera restrições ou repulsas de consciência, em que assentam ebulições sociais e políticas. Daí se há de inferior, lógica e objetivamente, que as forças econômicas precisam, em qualquer sociedade, de uma disciplina superior, que não reside nelas próprias.

Por isso, também, por seu realismo, merece relevo a outra assertiva, feita no seminário, no sentido de que "o Estado não é uma instituição terminal". Tem a clareza do sol de meio dia essa atestação, aos olhos de quem vê as discriminações e diferenças, entre ricos e pobres, no meio social. Se o Estado estivesse à morte, ou a ela fosse levado, como pleiteiam muitos, a

sociedade se converteria em bandos em luta permanente e sem freios, por falta da autoridade pública. Se, mesmo havendo o poder público forte, disputas econômicas se transformam em atos de violência, imagine-se o que não ocorreria reduzido o Estado a uma força mínima.

Enfraquecê-lo, na estrutura da sociedade de classes, em face do domínio social e econômico, é estimular dissensões, injustiças e privilégios. A precedência nas reformas do Estado, portanto, consiste naquelas que assegurem o desenvolvimento e coíbam os abusos. Reduzir tributos e torná-los mais justos, bem como reestruturar a previdência para dar-lhe eficácia correspondente à necessidade de seus beneficiários, são medidas urgentes. Monopólios esta-

tais e seus erros são problemas para decisão posterior, porque não têm o mesmo efeito sobre toda a sociedade.

Como se assegurou na reunião dos pensadores em Brasília, o que se mostra necessário é "um equilíbrio entre as políticas social, econômica e financeira". Nenhum equilíbrio estável se cria, entretanto, se se amortece o poder legal do órgão capaz de intermediar as soluções adequadas junto às forças divergentes. Para que se alcance o objetivo humano de equidade, é indispensável "a paixão pelo possível", a que se referiu, na fala a seus companheiros de seminário, o presidente Fernando Henrique, revelando ânimo de exercitá-la. Entre fracos e fortes, não há redução de diferenças e abusos sem um mediador enérgico e dotado de espírito de justiça.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia